

O que é ética? Uma pequena introdução

Carlos Frederico Ramos de Jesus

Advogado da CAIXA em São Paulo.

*Doutor e Mestre pela Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo.*

*Membro do Oxford Centre for Animal Ethics
(Oxford-UK) e do Diversitas-FFLCH-USP.*

*Líder do Grupo de Estudos de Ética e
Direitos Animais da FD-USP.*

*Professor das pós-graduações em Direito Animal da
EJUSP (Escola Superior de Ecologia Integral, Paz e
Justiça Social) e da Sociedade Paulista de
Medicina Veterinária (SPMV)*

RESUMO

O artigo propõe-se a discutir, de maneira introdutória, o que é a ética. Inicia com um debate sobre o que a ética não é, propõe uma definição preliminar do conceito, discute sua importância na vida social e, por fim, argumenta que é possível a objetividade na deliberação ética, desde que atendidos os pressupostos analiticamente inerentes a essa prática social.

Palavras-chave: Ética. Prática social. Objetividade. Deliberação.

ABSTRACT

This article aims to introduce a discussion on what ethics is. It begins with a debate about what ethics is not; then, it proposes a preliminary definition of the concept; further, it discusses its importance in social life; lastly, it argues that objectivity in ethical deliberation is possible, as long as the analytically inherent tenets to this social practice are met.

Keywords: Ethics. Social practice. Objectivity. Deliberation.

Introdução

Este trabalho é uma breve reflexão introdutória sobre a natureza da ética. Assim, iniciará excluindo possíveis mal-entendidos sobre a ética, estabelecendo o que ela claramente não é. Em um segundo momento, proporá uma definição preliminar e estipulativa do conceito, para, após, indagar sobre sua importância na vida social. Por fim, o artigo fará discussão sobre a possibilidade de um debate objetivo sobre o tema, pugnando por uma objetividade atinente à matéria e à finalidade da ética.

1 Ética: o que não é?

No primeiro capítulo de *Ética Prática*, o filósofo australiano Peter Singer nos faz essa pergunta, que, embora aparentemente singela, não tem resposta óbvia. Assim como todos os temas no campo de saber das Humanidades, a controvérsia sobre a natureza da ética é grande. No entanto, a importância da ética em todas as dimensões de nossas vidas é inegável, razão pela qual a meditação sobre sua natureza tem notável relevo prático. Expoerei os argumentos de Singer (2003, p. 9-23) para começar a reflexão, especialmente porque o filósofo inicia seus pensamentos de maneira bastante adequada: busca excluir as respostas claramente equivocadas sobre o que é ética. Começa, dessa forma, a dizer o que a ética não é, antes de passar ao que ela é.

Em primeiro lugar, ética não é um conjunto de regras ligadas exclusivamente à religião. Com isso, Singer não pretende negar a forte influência de religiões (especialmente das cristãs, no Ocidente) na gênese de muitos princípios éticos. Também não pretende refutar que existem éticas próprias das religiões: há uma ética protestante, outra católica, uma outra budista e assim por diante. O que Singer ressalta é a independência da ética com relação a credos religiosos. Isto é, uma determinada ação pode ser considerada ética ou antiética simplesmente a partir da argumentação racional, sem pressupor nenhum tipo de adesão a alguma fé. Por exemplo, é errado não cumprimentar quando se entra em uma sala, independentemente da religião de quem está na sala, ou da endossada por quem chegou. Ninguém precisa ser cristão e concordar com a parábola do bom samaritano para entender que omissão de socorro é errado (e até crime, conforme o Código Penal, art. 135). A ética busca uma estrutura de justificativa independente de visões de mundo ou concepções de bem abrangentes que possamos ter.

Em segundo lugar, ética não é um coletivo de regras ligado apenas à vida íntima ou privada. Podemos, certamente, falar em deveres para conosco neste âmbito: cuidar da saúde, dedicar-se ao autoaperfeiçoamento, seguir determinadas condutas sexuais e evitar outras, etc. Existe uma ética nesse âmbito – ética autorreferente, nas palavras de Nino (2011, p. 189) – mas não se pode esquecer da ética pública ou referida a terceiros. Esse âmbito é o mais relevante para a boa convivência e para o entendimento das relações entre ética, empresas e direito. Como dizia Stuart Mill (2002, p. 86), o direito age na esfera dos *others-regarding acts* (atos referidos a outrem), sendo que o indivíduo deve ser livre para se reger quanto aos *self-regarding acts* (atos autorreferidos). É na relação com terceiros que a ética tem sua maior relevância.

Em terceiro lugar, a ética não pode ser algo subjetivo no sentido de arbitrário ou simplesmente dependente do desejo ou da inclinação momentânea de quem decide. Não é questão de gosto. Não faria sentido considerar antiético determinado ato se a ética fosse apenas questão de gosto, pois a pessoa que agiu da forma errada poderia simplesmente dizer que sentiu que deveria agir dessa maneira, porque gostava disso. Diz o ditado que gosto não se discute: como repreender alguém que tem laranja como sua cor favorita? Se eu digo que a minha é azul, nada há a se debater: temos gostos distintos e fim de conversa. Mas as questões éticas não funcionam assim: quando dizemos que algo fere a ética, devemos estar preparados para dar razões para isso. E razão é algo que só posso ter se outros também forem capazes de ter: “razão é uma tentativa de transformar a mim em um representante particular da verdade, atuando no sentido do que é certo” (NAGEL, 1998, p. 138). A razão é intersubjetiva: quando tenho uma boa razão, pressuponho que o outro pode ser convencido dela – e também pressuponho que posso ser convencido pelos argumentos dele, se eles forem melhores que os meus. Quando alguém decide algo relevante para terceiros considerando apenas interesses ou gostos privados, entendemos possível criticar. Ora, se ética fosse apenas questão de gosto, e não de persuasão racional, não teríamos fundamento para levantar nenhuma crítica: o gosto, o capricho de quem decide seria sempre a última palavra.

Em quarto lugar, a ética não é um saber apenas teórico, mas deve servir à solução de problemas práticos. A ética é uma prática social. Alasdair MacIntyre (1984, p. 187) define prática social como “qualquer forma coerente e complexa de atividade hu-

mana cooperativa instituída socialmente, por meio da qual bens internos àquela forma de atividade se atualizam no processo de tentar atingir os padrões de excelência apropriados, em parte definidores daquela forma de atividade”.

A definição mostra que as práticas sociais têm os seguintes elementos: o primeiro é “atividade humana”, ou seja, uma criação das sociedades humanas com determinada finalidade. O segundo é “bens internos”, elemento que indica o sentido da prática. Por exemplo: o bem interno de se falar um idioma é a comunicação adequada da mensagem que se quer passar, naquele idioma; o bem interno do futebol é o gol; o bem interno da direção de um carro é a chegada ao destino em segurança, etc. O terceiro é “padrões de excelência”, indicando que há maneiras melhores e piores de se desempenhar uma prática: pode-se falar bem ou mal o português, pode-se dirigir melhor ou pior. Não desempenhamos uma prática da maneira que queremos, mas sim até de acordo com regras estabelecidas pela tradição e pela história daquela prática. Como diz Wittgenstein (2009, p. 87), não há língua privada: toda prática social segue parâmetros públicos e comuns. Eu não posso querer que me entendam se eu decidir que me comunicarei apenas na “língua do p”, a menos que combine isso com os interlocutores (como as crianças fazem em suas brincadeiras). Mas então a “língua do p” não seria mais privada, já que seria compartilhada com o grupo que decidiu usá-la em suas comunicações.

A ética, portanto, tem os elementos formais de uma prática social. É uma atividade humana, pois visa estabelecer parâmetros de conduta entre seres humanos. Tem seus bens internos, porque se direciona no sentido de se agir bem. E possui padrões de excelência definidores da atividade, exatamente porque não é aceitável qualquer ação em qualquer ocasião, mas há ações melhores (mais éticas) e piores (menos éticas).

2 Ética: o que é?

Já que vimos tudo o que a ética não é, podemos iniciar a nos perguntar o que ela é. Para isso, interessante irmos à origem da palavra. Ética vem do grego “ethos”, que possui duas acepções distintas: “éthos” equivale a costume, isto é, o que geralmente se faz com consciência de obrigatoriedade; e “êthos” significa morada, ou seja, onde se vive, a base de alguém (COMPARATO, 2006, p. 96). Ética, desta forma, vem das ideias de costume e morada. O que essa etimologia nos mostra?

Em primeiro lugar, fica clara a relação da ética com a conduta humana habitualmente reconhecida como obrigatória. As razões éticas definem-se também por serem cogentes: por isso não são questão de gosto, como vimos no item anterior. Existe a linguagem do dever, e não simplesmente do gosto ou do desejo, quando invocamos razões éticas para fazer ou deixar de fazer algo. Perceba-se que o vocábulo “*éthos*” em grego tem acepção semelhante ao étimo “*mores*” em latim. Do grego, herdamos a palavra ética; do latim, moral. E “*mores*” também significa costume em latim. Por isso, não há uma diferença substancial entre ética e moral. São necessários contexto e esclarecimento, caso se pretenda ligar ética à esfera privada e moral à esfera pública ou vice-versa. Essa distinção não se encontra no sentido corrente das palavras. Abbagnano (2003, p. 682), em seu *Dicionário de Filosofia*, ao definir “moral”, escreve “O mesmo que Ética”, fazendo toda a discussão sobre o termo no verbete “ética”.

Em segundo lugar, claro também o liame entre ética e a morada, a base de alguém. Isso nos mostra que ética tem a ver com identidade. A forma pela qual eu ajo mostra também quem eu sou. Não se trata apenas do sentimento de obrigatoriedade, mas também da afirmação de uma identidade. Bem por isso, quando se fala de ética empresarial, o que está em jogo são valores definidores do que aquela empresa é. Quando se fala de ética na esfera pública, pensa-se no que tipo de sociedade em que julgamos adequado viver. Em suma, a discussão sobre ética não pode escapar da questão da identidade. A ética não está apenas “fora” de nós, ao avaliar condutas e possíveis ações, mas ela também se internaliza, mostrando quem somos.

Uma vez que a ética é uma prática social que possui tais relações com obrigatoriedade e identidade, servindo para refletir sobre nossas condutas e avaliá-las, é possível propor uma definição provisória e estipulativa do termo. Procurarei sintetizar as contribuições de importantes filósofos, sem, porém, incorporar as filiações específicas que suas definições trazem. Por exemplo, Singer (p. 20) defende que a necessária universalidade da ética leva-nos a adotar uma posição utilitarista. Não pretendo entrar nesse mérito, mas trazer uma primeira definição meramente formal e que seja adaptável a diferentes concepções de ética (como o utilitarismo, o liberalismo, o niilismo, etc). Kant (2003, p. 13) defende que ética é a ciência das leis da Liberdade. Ernst Tugendhat (2000, p. 26), no mesmo sentido, dirá que ética é “a reflexão filosófica sobre a moral” – definição que nos remetera a outra pergunta: o que é moral? Veremos que ambas precisam

ser qualificadas, sob pena de serem consideradas sinônimas. Abbagnano (2003, p. 380) explana que há 2 concepções de ética: “a que a considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza humana” e “a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar a essa conduta”. Nessas definições, existem dois elementos importantes: a decisão sobre a conduta humana e a necessidade de se estabelecer um padrão para ela, ou, ao menos, de se pensar sobre seu sentido.

Buscando sintetizar as contribuições e não adentrar nas particularidades de cada teoria (pois a abordagem é preliminar e formal), adotaremos a seguinte definição: ética é uma concepção geral sobre o bem, que permite deliberar de forma justificada. Há aqui três elementos, que devemos decupar.

Em primeiro lugar, “concepção geral sobre o bem” diz respeito a valores e princípios que acreditamos serem bons, adequados, por realizarem estados de coisas que reputamos melhores do que outros. Por exemplo, a valorização da democracia e de suas instituições básicas (tais como divisão funcional de poderes e direitos fundamentais) é uma concepção geral sobre o bem, pois enaltece determinadas situações em detrimento de outras – uma sociedade que resguarda liberdade política, de expressão, de religião e de condução da vida privada é melhor do que outra que não resguarda esses valores. O compromisso ético das diversas profissões também constitui exemplo de concepção geral sobre o bem, válida apenas para os praticantes dos respectivos ofícios. Assim, há a ética médica, ética dos psicólogos, ética dos advogados e assim por diante. Esses parâmetros sobre o que é exercer bem determinado ofício são concepções gerais sobre o bem. Religiões, convicções filosóficas, correntes de pensamento políticas também trazem concepções gerais sobre o bem: cristianismo, hinduísmo, estoicismo, niilismo, utilitarismo, comunismo e libertarianismo são exemplos de tais concepções gerais.

Em segundo lugar, “deliberar”. A ética não existe para ser apenas contemplada ou teorizada, mas também para instruir a decisão sobre o que deve e não deve ser feito. Como toda prática social, a ética se manifesta na ação. Pensemos no seguinte exemplo: um advogado que decorou o Código de Ética da OAB, mas comete infrações éticas repetidamente, sabe ser ético? A resposta é claramente negativa, da mesma forma que um estudan-

te que decorou a gramática e o dicionário alemão, mas não sabe formular uma frase, não sabe alemão. Alguém que descreva com precisão os quatro estilos da natação, mas que não entra na piscina sem boia, não sabe nadar. A  tica se realiza na boa decisão sobre o que fazer.

Em terceiro lugar, a deliberação é “justificada”. Não basta simplesmente decidir,   necessário dar razões para o que foi decidido. Afinal, a  tica, como toda prática social, tem parâmetros e regras. Agir bem significa estar pronto para fundamentar (para si ou para outrem, conforme o caso) por que se agiu dessa forma e não de outra. Não   toa, uma das perguntas favoritas das crianças é “por qu ?”. Faz sentido que seres humanos que estão aprendendo a se inserir em um mundo social que lhes preexiste queiram saber a razão das coisas. Não está escrito em nossos genes que devemos cumprimentar quando entramos em um ambiente ou que devemos mastigar de boca fechada: essas posturas são resultantes de uma prática social que estabeleceu, ao longo do tempo, teias de sentidos para as nossas relações do dia a dia. Essa ótica do cotidiano, ou pequena  tica (de onde vem o termo etiqueta), é ensinada e aprendida, e, por isso mesmo, é esperado que seres ainda não totalmente inseridos nesta prática queiram saber por que se deve cumprimentar e não se deve comer com a mão uma refeição habitual (e por que se deve comer *finger food* com a mão). Esse exemplo simples evidencia a justificabilidade das decisões  ticas. A  tica demanda razões, sem as quais nos tornamos uma máquina errática de condutas. E o ser humano criou a  tica porque precisa de razões, precisa entender sua conduta dentro de padrões habituais. E precisa, também, saber quando e por que mudar tais padrões, pois a  tica não   conformista por natureza.

A necessidade de justificar as ações põe a descoberto as razões que não são mais adequadas, embora sempre tenham sido consideradas como tais. Não faltam exemplos de mudanças éticas na sociedade: a emancipação feminina, por exemplo, partiu de uma crítica das falsas “justificativas” para o confinamento da mulher no âmbito doméstico; a aceitação jurídica do casamento entre pessoas do mesmo sexo ocorreu quando se percebeu que não havia boas razões para a proibição. Não quero negar a luta social por tr s dessas conquistas, muito pelo contrário: lutas sem boas razões tendem a ser vistas como privilégios (a luta de categorias pela manutenção de supersal rios entra nesta última rubrica). Pretendo apenas evidenciar que a necessidade de justificar ações, inerente    tica, faz com que os próprios parâmetros

éticos sejam mutáveis. A ética não está escrita indelevelmente em pedra.

3 Por que a ética importa?

O que foi dito anteriormente já nos faz entrever a resposta para essa pergunta. A ética é importante porque nossas deliberações necessitam de um padrão para serem inteligíveis e justificáveis para nós mesmos e para terceiros. As relações humanas envolvem expectativas interpessoais. As expectativas justificadas são aquelas embasadas em valores éticos compartilhados.

De fato, a vida social sem o seguimento de parâmetros de ação torna-se caótica. Fica muito difícil sustentar a convivência se, para cada pergunta “por quê?”, a resposta for simplesmente “porque sim” ou “porque eu quis”. Retomando o exemplo do item anterior, podemos observar o descontentamento das crianças quando nossa resposta à questão “por quê” é apenas “porque sim”. Não estou querendo sugerir que “porque sim” nunca é uma resposta eticamente válida. Pelo contrário: em um contexto no qual a ação encontra-se, no âmbito do gosto ou do arbítrio individual, responder “porque sim” é mais do que suficiente. “Por que você prefere brócolis a couve-flor?” “Por que você prefere azul a laranja?” Responder “porque sim” faz todo o sentido nesses casos, já que cada um é livre para gostar do alimento ou da cor que lhe apetecer. Estamos aqui claramente no âmbito dos *self regarding acts*, de Stuart Mill (2002, p. 85).

Contudo, a situação complica-se quando passamos a contextos que envolvem terceiros (os *other regarding acts* de Mill). Imagine que você está em uma fila e uma pessoa que chegou depois é atendida antes de você. É legítimo perguntar ao atendente por que quem veio depois foi atendido antes. A resposta “porque sim” não satisfaz e gera uma justa indignação – e, se ocorrer em uma relação de consumo, talvez gere até uma ação judicial. Já a resposta “porque esse cliente é idoso, embora não pareça” é uma justificativa apta a encerrar a discussão, se corresponder aos fatos. Nota-se que havia expectativas interpessoais lastreadas em valores éticos, tais como igualdade, prioridade para quem chega primeiro (*first come, first served*), respeito, etc. E que, em face de uma aparente quebra dessas expectativas, a justificativa, também calcada em valores éticos (como a prioridade a pessoas que podem aguardar menos, devido à sua condição), resolve o problema. Aqui se percebe a im-

portância dos padrões nas expectativas e interpessoais abarcadas na ética.

4 Há alguma objetividade na ética?

A ética, portanto, é fundamental para a convivência em sociedade, uma vez que aponta padrões aptos a lastrear a justificativa das deliberações, especialmente em situações que envolvem expectativas interpessoais.

Entretanto, há um problema: é possível tratar a ética objetivamente? Afinal, ela não está inscrita em nenhuma relação de causalidade necessária, ao contrário das leis que regem os fenômenos naturais (inércia, lei da gravidade, relatividade, etc). A ética também não funciona da mesma maneira que as ciências formais (como a lógica e a matemática), que tratam de objetos ideais e de suas relações necessárias (KANT, 2002, p. 13-14). Por exemplo: os três ângulos de um triângulo sempre somarão 180° ; a soma dos quadrados dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa, a soma dos ângulos de um quadrado é sempre 360° e assim por diante. Não existe esse tipo de objetividade na ética, mas ela também não é mera questão de gosto, até mesmo pela função justificatória e pacificadora que ela se propõe a exercer na sociedade. Como resolver esse problema?

Não há fórmula para a resolução dos problemas éticos, pois sua solução não deflui da simples adesão a um princípio que rege a situação. Tomás de Aquino (2021, p. 567) dá o seguinte exemplo na *Suma Teológica* (Q. 94, lallae, resp.). As coisas emprestadas devem ser sempre devolvidas sob pena de se incorrer em furto. Imagine, porém, que seu vizinho lhe emprestou uma arma, dizendo que a pediria de volta assim que precisasse. Dias depois, seu vizinho lhe procura requerendo a devolução, pois ele se unirá aos que lutam contra o país em que vocês ambos moram. Você deve devolver a arma? Santo Tomás responde: não, e, no entanto, é verdadeiro o princípio de que as coisas emprestadas devem ser devolvidas. Mas, nesse caso, esse princípio geral não se aplica, pois ninguém deve favorecer os que lutam contra a existência do seu país. Ele segue:

os depósitos devem ser restituídos. E isso certamente em vários casos é verdadeiro, mas pode em algum caso acontecer que seja danoso, e por consequência irracional, se os depósitos são restituídos, por exemplo, se alguém exige, para com-

bater a pátria. E tanto mais se manifesta esta falha, quanto mais se desce aos particulares, por exemplo, se se diz que os depósitos devem ser restituídos com tal caução ou de tal modo; com efeito, quanto mais numerosas condições particulares forem impostas, tanto mais serão os modos de falhar, de maneira a não ser reto [correto] ou restituindo ou em não restituindo. (AQUINO, 2021, p. 567)

Perceba-se que Santo Tomás nos dissuade de tentar resolver o impasse através da imaginação de todos os detalhes possíveis de um depósito. Por mais que se minudenciem circunstâncias, não se exaure a possibilidade de que um caso diferente e não previsto surja, obrigando-nos a não seguir novamente o princípio anteriormente aceito (e que é correto, na maioria dos casos), com a finalidade de obter uma solução racionalmente melhor.

Pensemos em um exemplo mais cotidiano. Proponho-me a cozinhar um pacote de macarrão, seguindo a receita da embalagem, que prescreve cozinhar 500 g de massa em 5 litros de água, a 200 °C, por dez minutos. Findo esse tempo, a massa está dura. Retiro a massa, porque, afinal, segui a receita, ou deixo mais um pouco, para chegar no ponto *al dente*? Claro que a segunda alternativa é a melhor, pois o objetivo é comer uma massa saborosa, e não consumir um macarrão duro, mas que seguiu a receita. Seria irracional escorregar o macarrão simplesmente porque o tempo preconizado na embalagem se esgotou.

A situação é muito diferente do que ocorre com os objetos da natureza ou das ciências formais: quanto a esses, a apreensão do princípio leva à solução do caso particular. Quando o aluno entende a fórmula de Bhaskara, consegue resolver as equações de segundo grau que lhe são apresentadas. Quando ele compreende o teorema de Pitágoras, consegue calcular a hipotenusa a partir dos catetos. Quando entende as fórmulas da física, consegue calcular em quanto tempo um corpo em velocidade estável chegará ao seu destino. Na ética, por outro lado, não existe fórmula. Mas, certamente, há decisões melhores e outras piores. Como se constitui essa objetividade na ética?

Com base nesse exemplo de Aquino e em lições de Aristóteles, propõe-se que a ética pode ser estudada objetivamente se tivermos o foco em que seu objeto é distinto dos que estudamos nas ciências naturais e formais. Por consequência, o modo de prova dos raciocínios éticos será diferente. Isso porque

a ética visa a algo distinto do que as ciências naturais e formais objetivam. As faculdades da razão utilizadas em cada caso também são diferentes. Vejamos cada um desses pontos.

Em primeiro lugar, a ética tem por objeto o contingente, isto é, daquilo que pode ser diferente do que é; as ciências naturais e formais ocupam-se do necessário, ou seja, daquilo que só pode ser como é. A ação humana não está determinada: posso errar ao retirar o macarrão, ou acertar, ao deixá-lo mais tempo; posso errar ao devolver a arma para o vizinho belicoso, ou acertar, ao não devolver. Por isso, ela é contingente. Nada garante que ela irá em um sentido ou outro. Somos fisicamente livres para agir em qualquer sentido. Por outro lado, o objeto das ciências naturais e formais é sempre necessário: dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio formarão a água, e não outra coisa; coisas mais densas do que o ar caem, ao invés de flutuarem; o teorema de Pitágoras sempre resultará no cálculo correto da hipotenusa. Estamos tratando de entes que não podem ser diferentes do que são. Para trazer a distinção para um vocabulário conhecido do Direito, a ética trata do dever-ser, enquanto as ciências naturais e formais ocupam-se do ser.

Em segundo lugar, enquanto a ética visa deliberar, as ciências naturais e formais buscam explicar. A reflexão sobre se a arma deve ser devolvida ou se o macarrão deve ser retirado do fogo objetiva decidir sobre o que fazer e por que fazer. Por outro lado, a realização de experimentos e teoremas busca explicar as relações de causalidade necessária entre os entes que não podem ser de outra forma. O teste de laboratório mostrará as duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio que compõem a água; a caneta solta no ar durante a aula de Física, ao cair, comprovará a lei da gravidade. Por isso que dizemos que nem toda explicação é uma justificação: se passo no sinal vermelho porque estou atrasado, isso é uma explicação, mas não uma justificação. Para que seja uma justificação, são necessárias outras circunstâncias: por exemplo, estou levando alguém com suspeita de enfarte ao hospital. A ética não se interessa por explicações causais, mas pela deliberação justificada. E, como ressalta Nagel (1998, p. 125), “só uma justificação pode dar por extinta a exigência de justificações”.

Em terceiro lugar, o modo de prova da ética é a argumentação, ao passo que o modo de prova das ciências naturais e formais é a demonstração. Tomando-se os exemplos citados anteriormente, o experimento laboratorial sobre as moléculas da água e a comprovação do teorema de Pitágoras são demonstrações.

Mostra-se que determinados objetos têm uma relação necessária com outros: se existe o antecedente, sempre existe o consequente; se existe um triângulo retângulo, a relação entre catetos e hipotenusa será sempre a mesma.

Por outro lado, não é possível demonstrar a solução certa em matérias éticas. É possível aduzir os argumentos que levaram a determinada decisão. Esses argumentos serão sempre derrotáveis, caso surjam razões melhores: desrespeitar o sinal vermelho parece claramente uma infração, até o momento que sabemos que se tratava de uma urgência médica; a não devolução da arma emprestada parece um furto, até que descobrimos que o proprietário queria a restituição para fins ilícitos. Apesar da derrotabilidade dos argumentos em matéria ética (que também ocorre nas ciências naturais quando se descobre uma relação de causalidade necessária não vista antes), é impossível um modo de prova diferente, em virtude do seu objeto: a contingência da ação humana. Defender que a ética só pode ser objetiva se apresentar provas demonstrativas equivale a intentar a aplicação de um modo de prova inadequado para o objeto. Isso denota um desconhecimento básico do objeto da ética. Como advertiu Aristóteles (1998, p. 3) no início da *Ética a Nicômaco* (1094b25): “Evidentemente, aceitar raciocínio provável de um matemático é tão tolo quanto a exigir provas demonstrativas de um retórico”.

Em quarto lugar, o raciocínio ético opera-se a partir do uso da faculdade prática da razão, ou razão prática; por outro lado, as ciências naturais e formais operam com a faculdade especulativa ou teórica da razão, também chamada de razão teórica ou especulativa. A diferença entre essas duas formas é trazida por Aquino (2021, p. 567):

a razão especulativa trata precipuamente das coisas necessárias, as quais é impossível serem de outro modo. Nelas acha-se a verdade, sem nenhuma falha, nas conclusões próprias, como também nos princípios comuns. A razão prática, contudo, trata das coisas contingentes, nas quais se compreendem as operações humanas, e assim, embora exista alguma necessidade nas coisas comuns, quanto mais se desce às particulares, e tanto mais se acha a falha.

Enquanto a razão prática visa à decisão, à construção de um juízo sobre o que deve ser feito, a razão especulativa busca

espelhar (do latim, *especulare*) o mundo na mente humana, pois, quando compreendemos as relações de causalidade necessária entre os fenômenos naturais ou entes formais, temos o retrato deste objeto em nossa mente. Em suma: a razão especulativa conhece; a razão prática age.

Conclusão

Assim, a ética pode ser abordada objetiva e racionalmente, desde que se note que ela parte de uma forma de razão diferente da que utilizamos para conhecer os fenômenos naturais. Não se trata de uma falta de objetividade, mas sim de uma objetividade distinta, porque adequada ao objeto desta prática social.

Mesmo sem a existência de uma fórmula para a solução de problemas éticos, eles podem e devem ser tratados racionalmente. Afinal, trata-se de responder às questões mais críticas de nossa vida, tais como: O que fazer? Por que fazer? Como fazer? Se tais perguntas não pudessem ser abordadas de maneira objetiva, com uma atenção ao valor da justificação nos diversos problemas concretos, seriam especialmente difíceis a convivência e a pacificação de conflitos. Além disso, a busca pela construção de um sentido para a existência humana, certamente, passa por tais questões. Nesta linha, equivaler a ética a um arbítrio absoluto seria renunciar à possibilidade de um sentido não apenas para a vida social, como também para a vida de cada indivíduo.

Estabelecidas essas premissas, remanescem algumas questões. São elas: como diferentes concepções de bem influenciam a formação de um sistema ético? Já que não há fórmula para a decisão ética, mas há objetividade, seria possível pensar em princípios formais para a deliberação? E, por fim, qual é a relação da ética com o Direito? Esses pontos serão objeto de futura reflexão em um próximo artigo.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AQUINO, S. Tomás. **Suma Teológica**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2021.

ARISTÓTELES. **The Nichomachean Ethics**. Trad. David Ross. Oxford: Oxford University Press, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Ed. 70, 2002.

MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue**. 2. ed. Notre Dame: Notre Dame University, 1984.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. In *The Basic Writings of John Stuart Mill – On Liberty, The Subjection of Women, Utilitarianism*. New York: Random House, 2002.

NAGEL, Thomas. **A Última Palavra**. São Paulo: Unesp, 1998.

NINO, Carlos Santiago. **Ética e Direitos Humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre Ética**. 4. ed. Trad. Robson Ramos dos Reis *et al.* Petrópolis: Vozes, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. London: Blackwell, 2009.